

Política, Partido e Estado: uma análise do governo de esquerda em Mato Grosso do Sul

Politics, Party and State: an analysis on the Left Government in the Mato Grosso do Sul State

Política, Partido y Estado: un análisis del gobierno de izquierda en Mato Grosso do Sul

Amarílio Ferreira Jr^a

Marisa Bittar^a

Fausto Mato Grosso^b

^aUniversidade Federal de São Carlos, ^bUniversidade Federal de Mato Grosso do Sul

Contato: bittar@power.ufscar.br

Resumo: De 1979 a 1998, dois grupos das oligarquias agrárias disputaram a hegemonia política e governaram Mato Grosso do Sul. Ambos eram herdeiros da bipolaridade exercida entre UDN e PSD no antigo Mato Grosso (anterior à divisão do estado). Em 1998, uma coligação de esquerda liderada pelo PT rompeu essa dualidade. A relação entre partidos de esquerda e Estado, a nova conjuntura política e os desafios postos a este primeiro governo de esquerda em Mato Grosso do Sul são os pontos centrais tratados neste artigo.

Palavras-chave: Mato Grosso do Sul; Partidos de esquerda; Governo de esquerda.

Abstract: From 1979 to 1998, two local oligarchy groups competed for the political hegemony and ruled the State of Mato Grosso do Sul. Both were heirs of the bipolarity drilled between UDN and PSD in the former Mato Grosso State. In 1998, a left party group conducted by PT broke this dualism. The relationship between the left parties and the State, the new political conjuncture and the challenges settled to this first left government in Mato Grosso do Sul State are the main questions considered in this article.

Key words: Mato Grosso do Sul State; Left Parties; Left Government.

Resumen: Desde 1979 hasta 1998, dos grupos de las oligarquías locales han disputado la hegemonía política y gobernaron el Estado de Mato Grosso do Sul. Los dos grupos conducieron la bipolaridad heredada de la UDN y del PSD, partidos del antiguo Estado de Mato Grosso (anterior a la división del Estado). En 1998, una coligación de izquierdas conducida por el PT rompió esa dualidad. La relación entre partidos de izquierda y Estado, la nueva conjuntura política y los retos puestos a este primer gobierno de izquierda en Mato Grosso do Sul son los puntos centrales tratados en este artículo.

Palabras claves: Mato Grosso do Sul; Partidos de izquierda; Gobierno de izquierda.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a vitória das esquerdas nas eleições estaduais de 1998 em Mato Grosso do Sul e os desafios políticos postos ao governo então empossado. O traço distintivo desse pleito eleitoral foi o fato de que o estado, marcado pela ausência do mundo fordista de produção, é governado, desde aquela data, por uma frente de esquerda liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Episódio inédito, as esquerdas chegaram ao poder coroando uma trajetória de lutas iniciada na década de 70 do século XX. Esse contexto histórico, até pelo seu ineditismo, nos impõe grandes desafios, pois desde 1979, quando da instalação do primeiro governo pós-divisão de Mato Grosso, o cenário estadual foi hegemonicamente controlado pelos partidos apoiados pela oligarquias latifundiárias.

As conseqüências advindas dessa nova situação já se fazem sentir: ao governo das esquerdas é imposto um conjunto de complexas e contraditórias relações ideo-políticas. De um lado, as existentes entre a sociedade política e a sociedade civil; e do outro, as que se manifestam entre os partidos de esquerda e a própria lógica política impri-

mida pelo governo estadual de esquerda. Em outros termos: o governo estadual se vê obrigado a travar dois tipos simultâneos de relações: com a sociedade civil e com os partidos de esquerda que estão na origem da sua formação.

Nessa teia de relações que se expressam pelos nexos invisíveis da política, a questão democrática desempenha um papel fundamental, pois não há saída fora da plena manifestação da radicalidade democrática conquistada historicamente pelo movimento internacional dos trabalhadores. Há mais porém: a questão democrática ganha tonalidades dramáticas quando se atenta para a própria formação histórica da sociedade brasileira. Marcada pelas relações escravistas de produção, num total de 350 anos em 500, a sociedade brasileira nunca gozou de longos períodos de plena vigência das liberdades políticas. O último regime autoritário, a ditadura militar, durou 21 anos. O atual interregno republicano já caminha para ser o mais duradouro na manutenção de uma ordem constitucional pautada pelo Estado de direito democrático. Assim, as condições da conjuntura política sul-mato-grossense só podem ser equacionadas, do ponto de vista da realização da plataforma

programática do governo de esquerda, nos marcos da radicalidade democrática. Tanto no que concerne às relações entre os partidos de esquerda com o governo estadual quanto deste último com a sociedade civil. Melhor: a questão democrática passa, portanto, a ser o elemento preponderante em qualquer tipo de interpretação que se possa fazer sobre o quadro político de Mato Grosso do Sul.

Para dar conta dessa análise, abordaremos três aspectos distintos mas complementares do problema. Primeiramente, faremos uma breve incursão à história do poder soviético instaurado pela Revolução Russa de 1917 com o intuito exclusivo de destacar os principais acontecimentos políticos relacionados entre democracia, partido e Estado. Tal análise é necessária em decorrência do fato de que, historicamente, as esquerdas sul-mato-grossenses, inclusive tendências petistas, foram influenciadas pelas concepções políticas dos bolcheviques. Depois, procuraremos estabelecer a lógica dialética que deve presidir as relações existentes entre o partido, como organização da esfera privada da sociedade, e o Estado. Por último, traremos a lume a própria conjuntura política sul-mato-grossense, dispensando tratamento específico para os seus elementos estruturais mais distintivos, ou seja: os partidos de esquerda, o governo estadual e a sociedade civil imbricados pelas relações democráticas.

Lições da Revolução Russa de 1917

A história da experiência socialista do século XX, a implantação de uma sociedade plasmada pelo ideário marxista, redundou num grande fracasso político. Vários são os motivos que levaram, em 1991, à derrocada da URSS, 74 anos após a sua constituição. Este texto não tem a pretensão de fazer uma circunspeção detalhada de todos eles, pois fugiria da sua finalidade. O que nos interessa realçar aqui são as questões que envolveram as relações entre o Partido Bolchevique e o Estado Soviético.

A democracia sempre foi um ponto nodal na história política dos marxistas russos. A propósito, três episódios da história da Revolução Russa merecem destaque. Logo após a fundação do Partido Operário

Social-Democrata Russo (1884), os seus fundadores dividiram-se em duas frações: bolcheviques, liderados por Lênin, e mencheviques, liderados por Martov. A polêmica principal decorreu de compreensões divergentes sobre o grau de democracia interna que o partido deveria adotar. Os argumentos de Lênin, encabeçando a maioria partidária (bolchevique), foram vencedores. O líder da revolução russa, naquelas circunstâncias, cerceou as manifestações de tendências políticas divergentes no âmbito das estruturas partidárias. Alegava, entre outros motivos, que o contexto da luta política contra o czarismo não comportava a existência de um partido revolucionário – defensor da implantação do socialismo – que comportasse tendências internas até porque a sociedade russa no final do século XIX ainda guardava fortes elementos remanescentes do feudalismo, ou seja, não conhecia a plenitude das liberdades democráticas instituídas pela luta de classes entre burgueses e proletários.

Depois, já com o poder bolchevique instaurado, o partido dos comunistas russos, a mando de Lênin, ordenou o fechamento da Assembléia Nacional Constituinte (1918). Dessa vez, os problemas relacionados à democracia eram outros. Mergulhada na I Guerra Mundial e assolada pela fome, a futura Rússia Soviética tinha de dar uma resposta imediata à palavra de ordem “Paz, Pão e Terra”. Mas os bolcheviques enfrentavam uma dificuldade adicional no processo de transformação do programa da revolução em realidade política prática: a maioria parlamentar, liderada pelos mencheviques, posicionava-se contra a tríade contida na consigna revolucionária. O impasse foi resolvido de forma simples: dissolução da Assembléia Nacional Constituinte e banimento dos partidos de oposição da vida política legal.

Por último, dados os obstáculos criados pela situação sócio-econômica do pós-guerra – principalmente da guerra civil (brancos contra vermelhos) – e pela morte de Lênin (1924), o partido comunista russo proibiu a existência de tendências políticas diferenciadas no seu interior. Stálin, sucessor de Lênin, passou a perseguir os camaradas que dele divergiam ideologicamente. Quase todos os opositores da política estatal

stalinista foram perseguidos e mortos. O mais famoso deles foi Trotsky, brutalmente assassinado no México por um agente internacional do stalinismo. Este quadro geral, marcado pela intolerância ideológica, violência política e culto à personalidade, tinha também as suas origens num contexto histórico influenciado por remanescentes feudais de produção, isto é, de uma sociedade na qual a ausência da tradição democrática transformou o Estado em demiurgo da ordenação cotidiana do bem comum.

O autoritarismo, nesse contexto, revelou-se em duas instâncias políticas distintas: a) no interior do partido que, além de único, suprimiu manifestações e expressões que não fossem as concebidas pelo seu núcleo dirigente; b) na esfera de atuação pública do próprio partido e dos sindicatos, que perderam a sua autonomia deixando, portanto, de desempenhar a clássica função formulada pelo marxismo, de sujeitos coletivos (aparelhos privados de hegemonia) para se transformarem em meras correias de transmissão político-ideológica do Estado. Nesse sentido, passaram a desempenhar exclusivamente a função de aparelhos ideológicos do Estado.

A dialética entre partido e Estado

A história dos partidos políticos como organização da moderna sociedade civil burguesa está diretamente ligada à história do movimento operário internacional. Em breve síntese, poderíamos afirmar que a criação do partido político é uma invenção operária. Nunca é demais lembrar que logo após a Revolução Francesa (1789) o Estado liberal burguês clássico proibiu, com a adoção da lei Le Chapelier (1891), qualquer forma de associativismo, notadamente de caráter proletário.

Depois, com o pleno desenvolvimento da Revolução Industrial, na Inglaterra, a luta de classes travada entre burgueses e proletários nos famosos episódios protagonizados pelo movimento cartista (1837-1838), consagrou as organizações políticas modernas: o sindicato e o partido. Ao primeiro cabia o encaminhamento das reivindicações econômico-corporativas e ao segundo, principalmente através do sufrágio universal, a

disputa pelo poder estatal. Nessa perspectiva, o partido político proletário é considerado a única agência superestrutural da sociedade civil capaz de antecipar a própria lógica organizativa da futura sociedade socialista. De outro modo: ele é capaz de trazer no seu âmago o embrião da sociedade fundada no princípio do desaparecimento paulatino da propriedade privada dos meios de produção, das classes sociais antagonicas e do próprio Estado.

Contudo, uma questão importante merece ser realçada na trajetória política do partido proletário: a via entre o seu nascimento e a chegada ao poder estatal. A sua gênese está organicamente ligada à própria construção das chamadas liberdades políticas instituídas pelo Estado burguês, mas não como fruto da política liberal da classe dominante, e sim como resultado do caráter que a luta de classes assumiu no âmbito das relações sociais de produção capitalista. Entendido assim, o partido proletário é a melhor expressão da democracia como valor universal da política moderna. Portanto, o partido operário nasce como produto da luta de classes e uma vez organizado, passa a exigir a institucionalização das chamadas liberdades democráticas.

Na medida em que avança o processo da luta de classes entre burgueses e proletários e consolida a democracia política, o partido operário amplia a sua participação na vida nacional e coloca em questão o próprio caráter de classe do poder estatal, isto é, encaminha de forma concreta a luta pela conquista dos aparelhos de Estado. Evidentemente, tal conquista não pode contrariar a sua origem democrática, sem a qual, inclusive, ele jamais teria existido.

No contexto histórico da sociedade capitalista moderna, o Estado não pode ser entendido apenas como sociedade política. Ele, tal como formulou Gramsci, é, ao mesmo tempo, sociedade civil e sociedade política amalgamadas. Essa amplitude do Estado capitalista moderno impõe uma lógica na luta política travada entre dominadores e dominados de natureza diversa daquela implementada pelos bolcheviques na Rússia czarista. Ou seja: a tomada do poder estatal não poder ser pela via do assalto. Ao contrário. A tomada do poder estatal burguês

deve ser pautada pelo processo de solidificação da textura moral e intelectual do partido proletário na luta contra-hegênômica que ele trava com a ordem imposta pelo *status quo*. Mas, tanto a autoridade moral quanto a intelectual só ganham densidade no campo específico das liberdades democráticas porque somente elas permitem a plena manifestação do contraditório, ou seja, o estabelecimento da interlocução entre projetos societários antagônicos. Com base nesse entendimento, a teoria do partido político proletário deve levar em consideração os seguintes princípios: a) a sua origem democrática; b) o reconhecimento da pluralidade de tendências ideológicas manifestas no interior do próprio movimento operário; c) a organização partidária como uma síntese das múltiplas tendências ideológicas existentes no interior do mundo do trabalho; d) a construção da alternativa socialista de poder com base na política do contraditório; e) a construção de uma ordem estatal radicalmente democrática, ou seja, conferindo à sociedade civil a primazia sobre a sociedade política.

A conjuntura política de Mato Grosso do Sul

O atual governo de esquerda de Mato Grosso do Sul é fruto de um conjunto de fatores históricos cujas raízes remontam à formação do jogo político que se estabeleceu no antigo Mato Grosso uno desde 1945 quando a polarização partidária passou a ser protagonizada pelo Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN).

O regime militar implantado com o golpe de Estado de 1964 só agravou o quadro político herdado do nacional-populismo. A bipolaridade partidária que passou a ser exercida pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Mato Grosso uno (anterior à divisão) foi, nada mais nada menos, do que uma reedição da dualidade que a UDN, de um lado, e o PSD/PTB, do outro, praticaram até o pré-64. A ARENA foi o estuário natural da maioria udenista e de frações do PSD. Quanto ao MDB, acolheu majoritariamente os petebistas, uma franja

minoritária da UDN e os comunistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹.

O arranjo partidário formulado pela ditadura militar, contudo, imprimiu uma nova lógica na vida política do então sul de Mato Grosso uno. Além da dualidade mantida, o novo espectro partidário incorporou novas lideranças políticas. Se no pré-64 preponderaram as disputas entre Filinto Müller (PSD) e Fernando Corrêa da Costa (UDN), no pós-64, depois da criação de Mato Grosso do Sul, dominou a rivalidade existente entre os seus herdeiros: Pedro Pedrossian (PSD/ARENA), que debutou na política mato-grossense pelas mãos do primeiro e Wilson Barbosa Martins (UDN/MDB), correligionário do segundo.

Apenas na primeira fase da história de Mato Grosso do Sul, que coincidiu com o fim do regime militar, essa disputa esteve marcada por divergências políticas de fundo. À época, Wilson Barbosa Martins, o primeiro governador eleito de Mato Grosso do Sul, apoiado pelos comunistas do PCB, representava a oposição contrária à ditadura militar no estado, enquanto que Pedro Pedrossian era o homem do regime. Depois, com o fim do regime militar, as contendas políticas de fundo desapareceram. O período transcorrido da divisão de Mato Grosso, em 1977, ao final dos anos 90, com o revezamento entre pedrossianismo e anti-pedrossianismo no poder, já permite concluir que ambos os líderes, em essência, podem ser considerados como chefes políticos de facções oligárquicas diferenciadas por questões políticas que haviam-se perdido no passado do presente.

Além disso, excetuando-se o primeiro governo Barbosa Martins (1983-1986), eles não se diferenciaram quanto à maneira de administrar a “coisa” pública: os dois tiveram os seus governos manchados por escândalos de corrupção. Esse foi um fator que contribuiu para o lento esgotamento da bipolaridade. Por outro lado, a configuração/manutenção desse quadro político-administrativo do estado e o avanço das liberdades democráticas no âmbito da sociedade brasileira, produziram uma psicologia social de insatisfação generalizada a tal ponto que foi sendo gerada uma simpatia às teses elaboradas historicamente pelas esquerdas sul-mato-grossenses.

A atuação das esquerdas merece ser destacada como traço distintivo na história política de Mato Grosso do Sul, uma vez que, segundo concepções ortodoxas, num estado de estrutura agrária como ele, as forças progressistas e de esquerda jamais teriam a chance de impor um revés às oligarquias. Antidialética, tal interpretação deixava na sombra a ação política não enxergando nela a única possibilidade de uma virada.

Os comunistas do PCB, entretanto, assim não pensavam. No século passado, tinham presença no antigo sul de Mato Grosso uno desde o pós-45 e, depois, quando se reorganizaram no estado, na década 70, sob a ilegalidade imposta pela ditadura militar, atuavam em todas as instâncias possíveis, acreditando que somente com um trabalho determinado e persistente de base, a situação sócio-política poderia ser mudada. Além disso, em decorrência do enraizamento do partido nas camadas médias urbanas e da influência política que exercia em várias categorias profissionais, como advogados, médicos, engenheiros, arquitetos e professores, os comunistas ocuparam posições relevantes num conjunto de organizações da sociedade civil sul-mato-grossense.

Não foi por acaso que Mato Grosso do Sul surpreendeu duas vezes o Brasil em eleições de grande significado (1982 e 1998)². A de 1982, ocorreu quando o regime militar contava como certa a vitória do seu candidato no estado. Mas o Partido Democrático social (PDS, sucessor da ARENA) perdeu. Dois elementos contribuíram para tal derrota. O primeiro deles foi o desgaste do governo cessante (Pedro Pedrossian) e a divisão da classe dominante local por ocasião das eleições. O outro elemento foi a própria resposta da sociedade civil, em fase de organização e ascensão no estado, destacando-se a participação do PCB³. Os comunistas levaram a campanha para as ruas, bairros populares, associações de moradores, de profissionais liberais, sindicatos de professores, movimento estudantil; enfim, o PCB deu o tom vermelho daquela bela campanha de 1982. Foi uma das mais bonitas páginas da sua história em Mato Grosso do Sul.

Lembrar em breve síntese a atuação das esquerdas nessa época é muito importante: 1982 ajuda a entender 1998. Numa

concepção dialética do processo histórico, no mesmo estado dominado por estrutura e mentalidade agrárias, novas forças sociais e políticas foram sendo geradas, e de dentro daquela estrutura da qual emergiram, já nasceram para combatê-la. Foram os opositos daquela lição de filosofia que ensina: “todo fenômeno gera o seu contrário”.

Mas se na fase da luta contra a ditadura militar e na primeira metade da década de 80, o PCB liderava essas forças contrárias às formas de dominação oligárquica, tal hegemonia não se manteve. É que, no processo de construção da democracia, ainda na vigência da ditadura, nasceu o Partido dos Trabalhadores (PT), que, inicialmente, era pouco expressivo no cenário político sul-mato-grossense. Entretanto, foi se caracterizando como um partido de massa e atraindo setores que ainda não se achavam representados pelo quadro político-partidário de então. Tal fenômeno atingiu o PCB, sobretudo por ser ele, à época, um partido vítima da clandestinidade e, também, por ser identificado com traços estigmatizados do “socialismo real”, que afastavam muitos setores do marxismo. Estes encontraram no PT a sua opção política.

Assim, com o passar dos anos, sempre se apresentando com candidato próprio nas eleições para governadores, ao mesmo tempo em que crescia nas camadas populares, o PT veio se tornando o partido majoritário das esquerdas em Mato Grosso do Sul. De certo modo, mas em outro contexto, ele passou a ocupar a posição de destaque no cenário da esquerda, antes hegemonizado pelo PCB.

As forças populares e de esquerda, portanto, têm presença no estado desde longa data, bem antes de 1982⁴. Nas eleições de 1998, lideradas pelo PT, elas foram capazes de galvanizar a opinião pública a favor das suas teses programáticas. Assim, no estado do latifúndio, foi eleito, pela primeira vez, um governo de esquerda. O valor simbólico dessa impressionante eleição foi o fato de que não apenas ganhou a esquerda, mas derrotando, de uma só vez, os dois grandes chefes políticos que dominavam a política estadual desde a divisão de Mato Grosso. Venceu a dialética. Se em 1982 a vitória da oposição em Mato Grosso do Sul surpreendeu o país, a de 1998 foi ainda mais

surpreendente. Dominados pela aparência, muitos só enxergavam no estado os seus grandes latifúndios, mas não viam as suas forças contrárias.

A mudança ocorrida em 1998 foi fruto da persistência e da inteligência das esquerdas sul-mato-grossenses, mas foi também o esgotamento, a falência de um projeto continuísta representado pelas elites agrárias que, ao se dividirem no segundo turno, selaram o seu destino. Pedro Pedrossian (PTB), derrotado no primeiro turno, passou a apoiar José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT), combatendo o candidato do seu adversário Wilson Barbosa Martins (PMDB). Além disso, em meio à repulsa popular pelas denúncias de corrupção, a questão ética, bandeira dos partidos de esquerda e tão bem defendida pelo candidato a senador do Partido Popular Socialista (PPS, sucessor do PCB), ganhou corações e mentes da sociedade sul-mato-grossense. O programa de governo apresentado pelas esquerdas nessas eleições, em síntese, propugnava a ruptura com o passado que até então tinha dominado o cenário político sul-mato-grossense. Tal como em 1982, o vermelho tingiu as ruas das grandes cidades sul-mato-grossenses, mas agora com mais intensidade e amplitude, caracterizando a emocionante campanha que elegeu Zeca do PT.

Contudo, após empossado, o PT, partido majoritário das esquerdas, passou a sofrer de uma série de dificuldades políticas. Não só aquelas inerentes à própria execução da plataforma programática no contexto de crise da sociedade capitalista brasileira, mas, também, referente a um conjunto de questões políticas criadas em decorrência da lógica política imposta por ele próprio no processo de condução dos aparelhos estatais de governo.

Elas podem ser sumariadas na seguinte ordem: a) a inexperiência de como governar o estado conquistado pelo sufrágio universal, ou seja, a ausência de uma cultura governativa de esquerda no âmbito de uma das frações do Estado nacional burguês; b) a pouca capacidade que as esquerdas têm, em particular o PT, de costurar o seu projeto societário com base numa rede de organizações da sociedade civil, isto é, a sua vitória para o Poder Executivo estadual não estava solidamente calçada, do ponto de vista moral

e intelectual, no conjunto hegemônico da sociedade civil, o que, em última instância, as enfraquecem ideologicamente; c) o fato de o partido hegemônico da coligação de esquerda não ter equacionado para o plano estadual a questão democrática: tanto com relação à própria democracia interna, isto é, a preservação das tendências ideológicas diferenciadas, quanto à dialética existente entre partido e Estado.

Esse conjunto de fatores políticos deixa o governo das esquerdas em Mato Grosso do Sul à deriva ideológica. Nesse caso, os perigos são muitos. A começar pelo fato de que a sua prática política, às vezes, não difere muito das velhas práticas dos chefes políticos que governaram Mato Grosso do Sul de 1979 a 1998. Depois, há que se considerar, ainda, que o possível “acordo” estabelecido com os políticos remanescentes do antigo regime oligárquico deixa o governo das esquerdas sem “oposição”, com um complicador adicional: a ausência da liberdade de crítica por parte das instâncias dirigentes do PT em relação às tomadas de decisões encetadas pelo Poder Executivo estadual. O PT, em outras palavras, não consegue distinguir as especificidades existentes entre as esferas privada e pública nas quais está inserido: é, ao mesmo tempo, elemento da ordem estatal e agente político da vida civil. Como organização do mundo privado, cabe ao PT formular tanto o apoio quanto a crítica a toda e qualquer decisão tomada pelo governo. Já como membro do poder estatal, a ele só está reservado uma única grande tarefa: aprofundar de forma radical o controle democrático da sociedade civil sobre a sociedade política. O que chama a atenção aqui é o fato de que o PT, que nasceu se opondo aos “velhos” partidos marxistas, criticando-os de autoritários, às vezes incorre na prática que combatia.

A crise política tem sido companheira do governo de esquerda desde a sua instalação. Ela é marcada, principalmente, pela dificuldade de compatibilização entre a plataforma política de esquerda referendada nas eleições, portanto vitoriosa, e as disputas políticas que se estabelecem entre os partidos coligados. Isto pode ser exemplificado no episódio da composição do primeiro escalão governamental quando o PPS divergiu da indicação do Secretário de Fazenda. O par-

tido considerava que o cargo deveria ser ocupado por um de seus dirigentes, Carmelino Rezende, candidato a senador da chapa "Muda MS", que, embora não tenha sido eleito, obteve expressiva votação. A divergência daí advinda transformou-se num conflito difícil de ser superado entre o PPS e o PT acarretando, inclusive, outro ponto de tensão quando, por exemplo, no interior do próprio PPS eclodiram formas distintas de interpretação sobre a sua participação ou não no governo.

Ora, o PPS foi um partido fundamental na vitória das esquerdas. A participação do partido, ademais, justifica-se na medida em que ele, sucedâneo do PCB, sempre se destacou por possuir importantes quadros político-intelectuais no estado. Participou com competência do primeiro governo Wilson Barbosa Martins, na transição democrática, além da gestão municipal de Campo Grande (1983-1985), ocasiões em que, ao colaborar para o avanço da democracia, adquiriu experiência na condução da máquina estatal. Essa experiência não pode ser desprezada, uma vez que o partido ocupou, mesmo que temporariamente, o cargo de Secretário de Estado no governo Marcelo Miranda (1987-1991).

Já o PT não dispunha dessa prática, uma vez que, historicamente, era contrário à política de alianças que caracterizava o PCB. A tática política do PT consistiu sempre em privilegiar a sua atuação de base. Nesse sentido, a experiência do PPS não poderia estar ausente da primeira gestão de esquerda em Mato Grosso do Sul. Acresce a isto o fato de que construir um projeto alternativo para o estado, ético, democrático e que promova o bem-estar e a felicidade da maioria dos sulmato-grossenses, não é e nem será tarefa de um único partido de esquerda. Vale enfatizar, entretanto, que o episódio gerador da crise em questão nada tem de original: ele reproduz situações já enfrentadas por outros governos do PT. Todavia, entender a nossa crise ajuda a compreender outras e, possivelmente, a prevenir-se contra futuras outras.

Três questões, além das já apontadas, merecem atenção no quadro político sulmato-grossense:

1. Os partidos de esquerda que dão sustentação ao governo estadual não podem constituir-se numa espécie de "correia de

transmissão" do governo de esquerda. Os partidos devem guardar uma relativa independência ideológica com o próprio governo, cuja origem está vinculada às próprias políticas realizadas pelos partidos de esquerda no âmbito da sociedade civil. Aqui os partidos assumem a posição de mediação dialética entre as duas principais esferas constitutivas da totalidade societária, ou seja: elemento de intercessão entre o privado e o público. Não se pode esquecer, contudo, que eles pertencem à esfera do privado. Assim, a melhor forma de os partidos de esquerda viabilizarem politicamente a plataforma programática vitoriosa em 1998 para o Poder Executivo de Mato Grosso do Sul é assumirem a condição de "caixa de ressonância" das demandas da sociedade civil junto ao governo estadual. Para tal, é necessário que os partidos de esquerda gozem de independência frente à lógica política que dá curso às ações governamentais. A tentativa do Estado de "tragar" os partidos para o interior dos seus aparelhos é um desserviço para o aprofundamento das liberdades democráticas. Isso porque, os partidos de esquerda, dadas as suas inserções no âmbito da sociedade civil, devem ser o elemento de mediação dialética entre os movimentos populares e o Estado. Em outras palavras: eles devem ser a garantia de que o governo popular não se afastará dos movimentos populares. Por outro lado, eles são capazes de formular estratégias políticas muito mais rapidamente e com a possibilidade de uma margem de erro que o governo estadual não tem. Mas a recíproca também é verdadeira. Não podemos simplesmente inverter os sinais, ou seja, os partidos de esquerda não devem tentar aprisionar os aparelhos de Estado unicamente em função dos seus interesses específicos. Nesse caso, é bom deixar claro que os partidos de esquerda estão administrando politicamente apenas uma fração do Estado nacional de caráter burguês. O programa com o qual as esquerdas chegaram ao Poder Executivo estadual não era puramente um "programa socialista". Era, antes de tudo, uma plataforma política de aprofundamento das liberdades democráticas, não só de ordem política, mas, também, de fundamentação social, ou seja: aprofundar e radicalizar a democracia como valor

perene na construção de uma sociedade justa, humanista e fraterna. Assim, qualquer manifestação de esquerdismo, corporativismo partidário, oportunismo político, carreirismo e burocratismo estatal deve ser ideologicamente combatida. A manifestação dessas atitudes no comportamento da esquerda não alavanca o processo político de radicalização da democracia. Muito pelo contrário: constituem em verdadeiros obstáculos à transformação da lógica política que preside o Estado burguês.

2. A conjuntura que emergiu após o primeiro turno das eleições de 1998 possibilitou a organização de um novo bloco político. Falta-lhe entretanto um referencial programático, que vem tomando forma no Plano Estratégico “MS 2020”, com plena capacidade de se transformar, a médio prazo, num instrumental teórico e prático de mudanças sócio-econômicas estruturais da organização societária sul-mato-grossense. A materialização desta plataforma programática, por consequência, pode conferir ao novo bloco político de esquerda a textura moral e intelectual exigida para estabelecer uma administração estatal fundada na governabilidade de longa duração. Mas para se alcançar tal intento, o novo bloco político de esquerda terá que se pautar, entre outros fatores: pela tolerância ideológica; pela pluralidade político-cultural; pelo respeito à autonomia e independência do privado em relação ao público (estatal) e, ainda, pela liberdade de plena manifestação política de cada um dos partidos que compõem o bloco em questão, inclusive do direito de crítica ao próprio governo das esquerdas.

3. No contexto do Estado de direito democrático que vige atualmente no Brasil, não há outra via senão a da democracia. No âmbito da sociedade capitalista as classes dominantes querem a manutenção pura e simples das liberdades democráticas no plano exclusivo da formalidade das leis instituídas. Portanto, a democracia vigente na ordem societária burguesa é a democracia de caráter liberal expressa no famoso preceito: “Todos os homens são iguais perante a lei”. Mas é só isso, nada mais que isso. Eles são iguais perante a lei, mas não o são no plano das relações sociais de produção. Nessas últimas prevalece a propriedade

privada dos meios de produção. Mas aqui temos de superar definitivamente um mito do pensamento dogmático que ainda se manifesta em determinadas frações das esquerdas brasileiras: o de que a política não é capaz de transformar-se em elemento de mudança na esfera econômica da sociedade capitalista. Sim: a política é um poderoso instrumento capaz de dar à democracia brasileira um caráter social, ou seja, construir a radicalidade democrática centrada no primado do público sobre o privado.

Conclusão

O quadro conjuntural no qual está inserido o governo das esquerdas em Mato Grosso do Sul é marcado por uma gama substantiva de complexas e contraditórias situações políticas. Em síntese, poderíamos distingui-las através dos seguintes traços: 1) o contexto histórico herdado do passado recente, caracterizado pela crise econômica por que passa o capitalismo periférico globalizado brasileiro e os desmandos político-administrativos perpetrados pelos chefes oligárquicos que governaram o estado desde a sua criação; 2) a crise de identidade ideológica pela qual passa as esquerdas brasileiras após a queda do Muro de Berlim (1989); 3) a ausência de unidade política entre os vários partidos que compõem a frente vitoriosa nas eleições de 1998, notadamente entre o PT e o PPS⁵; 4) a inexperiência político-administrativa de ordem estatal das esquerdas sul-mato-grossenses, o que pode comprometer futuros resultados de ações implementadas pelo governo estadual; e 5) o processo de fusão orgânica do PT, partido hegemônico da frente de esquerda, com os aparelhos da máquina estatal, extinguindo, na prática, a liberdade e autonomia partidária da crítica e da autocrítica em relação às decisões encetadas pelo governo das esquerdas.

Duas tendências políticas significativas para o futuro de Mato Grosso do Sul estão em jogo neste contexto histórico: a) o bloco político de esquerda que ora governa o estado consegue equacionar esse emaranhado de contradições políticas, no que pese o fato de que mesmo assim correria o risco de ficar identificado com o projeto econômico neoliberal conduzido pelo governo FHC, e viabi-

liza um processo governativo de longa duração com base numa plataforma programática de densidade moral e intelectual que promova mudanças estruturais no tecido societário sul-mato-grossense; b) o fracasso sócio-político do governo das esquerdas produz um outro rearranjo das várias frações das oligarquias representativas dos interesses exclusivos das elites dominantes.

Entretanto, a dialética da política estadual já demonstrou que “o movimento do mundo concreto é muito mais rico do que qualquer interpretação teórica”, como dizia Marx. Aqui reside a força da ação política capaz de tornar realidade a primeira tendência.

Notas

¹ É digno de nota o fato de que foi o PCB o partido que se opôs à auto-extinção do MDB, no final dos anos 60, em Mato Grosso uno, quando da crise política gerada pela falta de densidade eleitoral.

² Aqui vale realçar que nas eleições diretas de governadores realizadas em 1965, a oposição à ditadura militar não ganhou apenas nos estados de Minas Gerais e na antiga Guanabara. Ela também sagrou-se vitoriosa em Mato Grosso uno, com a coligação do PSD-PTB apoiada pelos comunistas do PCB. Nessas eleições, o candidato da frente partidária vencedora foi Pedro Pedrossian, que derrotou Lúdio Martins Coelho (UDN). Este último recebeu o apoio das forças políticas que participaram do golpe de Estado de 1964. A vitória de Pedrossian só foi possível em decorrência da votação significativa obtida na região sul do antigo estado de Mato Grosso uno, hoje Mato Grosso do Sul.

³ Vale registrar que em 1982 o PT disputou o processo eleitoral com a candidatura do ex-deputado federal Antônio Carlos de Oliveira, um dos fundadores nacionais do partido. Entretanto, considerando a conjuntura política da época, ainda marcada pela luta contra a ditadura militar – encetada pela frente de oposições organizada em torno do PMDB – o PT não logrou êxito eleitoral expressivo, obtendo apenas 4.541 votos para o governo estadual.

⁴ No pós-45, os comunistas do PCB contavam com organizações partidárias em pelo menos duas das mais importantes cidades do sul de Mato Grosso uno: Campo Grande e Corumbá.

⁵ Isto se evidenciou com mais nitidez por ocasião das eleições de 2000 para a prefeitura de Campo Grande, quando os dois partidos não chegaram a um consenso para compor uma coligação. Assim, concorreram separadamente o PT, com o deputado federal Ben-Hur Ferreira, e o PPS, com Carmelino Rezende, ambos derrotados pelo candidato do PMDB.

N.d.E.: Fausto Mato Grosso é também membro do Partido Popular Socialista (PPS) e Secretário Especial de Planejamento de Mato Grosso do Sul, na gestão de José Orcírio Miranda dos Santos, do Partido dos Trabalhadores (PT). Este artigo foi apresentado em março de 2001, dois anos após o início do governo da coalizão de esquerdas em Mato Grosso do Sul.

Referências Bibliográficas

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, (9): 33-47, mar. 1979.

_____. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999. p. 191-219.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído*. São Paulo, 1997, 540 p. Tese (Doutorado) – USP.

_____. Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. *Multitemas*, Campo Grande, (15): 93-124, out. 1999.

FERREIRA Jr., Amarílio; BITTAR, Marisa. O *Manifesto Comunista*: um panfleto atual. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Ontem & hoje*: manifesto comunista, São Paulo, Xamã, 1999. p. 87-95.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 444 p.

HILL, Christopher. *Lênin e a revolução russa*. Trad. Geir Campos. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. 180 p.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. 598 p.

LENIN. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. Trad. Aristides Lobo. São Paulo, Ciências Humanas, 1979. p. 89-181.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In: MARX; ENGELS. *Obras escolhidas*. Trad. Álvaro Pina. Lisboa, Editorial Avante!, Moscovo: Edições Progresso, 1982. t. I, p. 95-134.

MATO GROSSO DO SUL. Poder Executivo. Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia. *Cenários para Mato Grosso do Sul – MS 2020*. Campo Grande, 2000.

MEDVEDEV, Roy. *Era inevitável a revolução russa?* Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 131 p.

PT; PDT; PPS; PC do B; PAN; PSB. *Movimento muda Mato Grosso do Sul: programa de governo para Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, [s.n.], 1998. 66 p.

PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. 266 p.